

ABORDAGENS SOBRE O ENSINO HISTÓRIA DA AMÉRICA NO BRASIL E  
ANÁLISE DO LIVRO PARADIDÁTICO “A DECOBERTA DA AMÉRICA” DE CARLOS  
GUILHERME MOTA

HELOISA PIRES FAZION\*

ANA HELOISA MOLINA (Orientadora) \*\*

A História da América não foi continuamente considerada uma disciplina autônoma, estando inclusa, a princípio, nas disciplinas de História Universal e posteriormente História da Civilização. Desse modo, conforme Bittencourt (2005:07), “a América integrava os conteúdos de História Universal conforme se verifica nos planos de Estudos do Colégio Pedro II”<sup>1</sup>.

Vale destacar que no Brasil desde o final do século XIX a preocupação em se buscar uma identidade nacional tornou-se constante, contudo, foram poucos os estudiosos que durante este processo se preocuparam em considerar características latino-americanas.

O intelectual brasileiro Manoel Bonfim foi um dos poucos estudiosos que apresentaram essas preocupações. Em 1903 este autor publicou a obra “América Latina: Males de Origem”, “obra na qual privilegiou uma interpretação sobre as identidades latino-americanas, questionando de certa forma as concepções científicas então vigentes” (DIAS, 1999:39). Segundo Renato Ortiz (1985 apud DIAS, 1999:39) o aspecto mais relevante na obra de Manoel Bonfim é o de ter incluído a problemática brasileira dentro do cenário latino-americano. Além disso Manoel Bonfim também se preocupou em pensar os motivos do atraso latino-americano que seriam provenientes das relações “entre as nações ocidentais civilizadas e as nações da América Latina” (DIAS, 1999:39). É importante destacar que a carência nos países latino-americanos também poderia decorrer do parasitismo, pois “as relações sociais entre explorado e explorador, colonizado e colonizador são tidas para Bonfim como relações entre “parasita e parasitado” (DIAS, 1999:40).

---

\* Possui Graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é aluna do curso de Mestrado em História Social, na linha de História e Ensino, pela mesma universidade. Financiamento: CAPES.

\*\* Possui graduação em História pela Faculdade Auxiliun Filosofia Ciências e Letras de Lins, Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista e Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Londrina na área de História, com ênfase na linha de História e Ensino.

<sup>1</sup> De acordo com Gasparello (2003:01) o Colégio Pedro II surgiu em 1837 no Rio de Janeiro e “serviu de modelo nacional da forma secundária de ensino ao longo do Império”.

Dias (1999) destaca que para Manoel Bonfim a solvência do atraso latino-americano, assim como para os males que se encontravam presentes naquela terra, seria a educação popular, pois a partir disto a civilização e o progresso poderiam ser alcançados. Assim

*em 'América Latina', o autor aponta a falta de 'instrução popular' como uma doença que aflige o Brasil e as demais nações latino-americanas [...]. Afirma que a 'efetiva inferioridade' dos povos sul-americanos reside na 'ignorância', na 'falta de preparo e de educação para o progresso' (DIAS, 1999:41).*

Tendo em vista isto, Manoel Bonfim responsabiliza as classes dirigentes pela falta de instrução e ensino da população. Portanto, este intelectual ressalta que a educação é o caminho que deve ser trilhado para que o progresso humano possa ser alcançado.

Segundo Dias (1999) foi a partir destas concepções e desses ideais que Manoel Bonfim, então Secretário de Educação do Distrito Federal, “propôs um concurso sobre livros didáticos” (DIAS, 1999:41). A obra contemplada foi o “Compêndio de História da América” de José Francisco Rocha Pombo, sendo a primeira edição datada de 1900. Este foi outro estudioso que se preocupou em abordar características latino-americanas. Ressalta-se que esta foi a primeira obra nacional sobre História da América; entretanto, este livro não ganhou muita aceitação, pois, segundo Bittencourt (1996 apud DIAS, 1999:43) “a segunda edição ocorreu somente em 1925, mesmo sendo adotado em uma escola de expressão, como a Caetano de Campos de São Paulo”.

Na década de 1930 foi realizada uma convenção cuja finalidade era a de alavancar os estudos americanos nos países do continente. Isto proporcionou uma maior atenção aos conteúdos de História da América, fomentando pesquisas sobre o continente americano. De acordo com Silva (2004), Guy Hollanda menciona em uma de suas obras essa Convenção Internacional e chama atenção para a constante preocupação que alguns pesquisadores apresentavam com relação “a presença de estereótipos nos livros e conteúdos escolares” (SILVA, 2004:98). Tendo como objetivo eliminar os pré-conceitos negativos presentes nos materiais escolares o governo brasileiro aprovou, em 1950, um convênio Internacional juntamente com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), de maneira que os livros escolares fossem revistos e deles retirados qualquer componente que pudesse gerar incompreensões e transmitir preconceitos entre as diferentes nações. Portanto “a ideia básica era localizar e expurgar dos manuais escolares interpretações [...] que resultassem em excitação de animosidades entre os jovens dos países signatários dos convênios” (SILVA, 2004:98).

A propósito desta questão Leite (1969 apud SILVA, 2004) ressalta que após 1945 manuais didáticos foram analisados em diferentes países e notou-se que, por um lado, a maior parte deles atribuía para si importantes valores, e por outro, culpava os demais países pelos desentendimentos e retrocessos ocorridos no cenário mundial. É importante destacar que para desarraigar estes estereótipos diversas soluções foram apresentadas. A primeira delas refere-se à crescente ênfase dos estudos direcionados à história cultural e social em detrimento da história político – militar. Em seguida está a renovação historiográfica, que possibilitou uma mudança na elaboração dos manuais didáticos. Por fim apresenta-se a maior autonomia concedida as escolas e aos educadores na elaboração de seus programas de ensino.

No ano de 1931, no qual Getúlio Vargas estava provisoriamente no poder, houve a reforma educacional Francisco Campos, que determinava que os conteúdos de História da América comporiam a grade curricular, sendo que, segundo Guy Holanda (1957 apud SILVA, 2004) História do Brasil e da América iriam constituir o centro do ensino. De acordo com este mesmo autor vários temas eram contemplados, dentre eles:

*Os descobrimentos da América e do Brasil; - Duas grandes civilizações americanas desaparecidas: os Astecas e os Incas; - O indígena brasileiro; [...] - Os franceses na América e a fundação do Canadá; [...] - Os grandes vultos da independência norte-americana - Pedro II e o império constitucional; [...] - A guerra cisplatina e a independência do Uruguai; [...] - A guerra hispano-americana e a independência de Cuba (HOLLANDA, 1957 apud SILVA, 2004:86-87)*

Pode-se observar que os conteúdos apresentados englobavam não apenas assuntos relacionados à América Latina, mas também tópicos que incluíam Estados Unidos e Canadá. Bittencourt (1996 apud SILVA, 2004:87) observa que

*a introdução desses tópicos, se por um lado incorporava uma historiografia produzida a partir do final do século XIX, que valorizava o elemento nativo, por outro denunciava uma visão preconceituosa que se tinha sobre a população brasileira em particular, e latino-americana em geral, justificando o suposto atraso frente aos Estados Unidos exatamente pela miscigenação racial verificada na região.*

Em 1942, na gestão do ministro Gustavo Capanema, ocorreu outra reforma educacional, de maneira que “a História da América ficava restrita à segunda série ginásial, quando se estudavam os temas de História Moderna e Contemporânea” (SILVA, 2004:91). Nota-se que nesta reorganização educacional os assuntos latino-americanos sofreram uma intensa diminuição, se comparados com a reforma já citada anteriormente. É importante destacar que foi somente em 1951 que os conteúdos de História da América passaram a

compor de forma mais assídua os programas escolares, de modo que “a Lei 1359 determinou uma nova seriação para a escola secundária, dedicando-se um ano todo, o segundo do ginásio, ao estudo de História da América e de História Geral” (SILVA, 2004:91). Aqui se observa que a História da América já havia saído do rol que compunha a História Geral, de modo que os conteúdos latino-americanos passaram a ser contemplados exclusivamente. Por conseguinte, vale destacar que essa valorização dos conteúdos de História da América se deu em parte, segundo Vitória Rodrigues e Silva (2004), devido à posição dos Estados Unidos no cenário mundial, sendo necessário que os alunos tivessem um maior conhecimento sobre a história desse país.

Segundo Silva (2004) o historiador Guy Hollanda apresentou diversas críticas aos manuais que auxiliavam os professores na preparação e no desenvolvimento das aulas de História da América. Grande parte dos autores e editores utilizava na produção de seus livros partes de textos mais antigos e, devido à isto, muitos erros eram perpetrados e os conteúdos pouco atualizados. Outro problema apontado por Guy Hollanda refere-se ao número reduzido de páginas dos livros, de modo que os conteúdos não passavam de “magras resenhas” (HOLLANDA, 1957 apud SILVA, 2004:93).

Com a valorização da História da América os conteúdos latino-americanos passaram a ser encontrados de forma mais constante nos currículos, entretanto, é importante destacar que este fato não quer dizer que os alunos realmente desenvolviam uma aprendizagem significativa a respeito destes e que os professores atribuíssem grande importância a estes conteúdos.

Com o período militar (1964-1985) os conteúdos de História sofreram uma intensa diminuição, de modo que “a História passou a ser alvo de desconfiança, devendo ser extinta, criando, como substituto, os Estudos Sociais” (BITTENCOURT, 1996:208). No que se refere à História da América, Silva (2004) destaca que em muitos lugares estes conteúdos praticamente desvaneceram dos programas elaborados. Contudo a mesma autora destaca que graças à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), instituída na década de 1970, alguns estados passaram a ter maior autonomia na escolha dos conteúdos. “Assim, em 1978, no Estado de São Paulo instituiu-se para a 1ª. série uma programação toda destinada ao ensino da história do continente americano” (SILVA, 2004:95). De acordo com Fonseca (1993 apud SILVA, 2004) seriam contemplados neste programa conteúdos que iriam desde a história dos países latinos

americanos até a história dos Estados Unidos. É importante ressaltar que, segundo Bittencourt (1996), os conteúdos de História da América seriam retomados apenas com a crise da ditadura militar brasileira, no final da década de 1970, tendo permissão de serem ensinados apenas para os alunos do 2º grau, sendo ainda vistos como subversivos, não devendo ser ministrados para um grande número de alunos e de camadas populares.

Apesar disso, a implantação do programa que incorporava conteúdos americanos deparava-se com um difícil problema: “não havia materiais didáticos que servissem de suporte para as aulas” (SILVA, 2004:95). Segundo a mesma autora, para superar esta dificuldade, a Coordenadoria de Normas Pedagógicas (CENP) “publicou brochuras com coletâneas de documentos e as editoras que atendiam o 2º grau tiveram que rapidamente produzir livros de História da América” (SILVA, 2004:95).

Foi neste período também que surgiram os livros paradidáticos, sendo estes amplamente utilizados por seus leitores. A maioria dos livros paradidáticos apresentava em suas páginas diversos documentos históricos, procurando propor que alunos e professores trabalhassem, a partir de fontes históricas, temas relacionados à História da América. É importante destacar que “a América pré-colombiana foi um dos temas mais contemplados, bem como a conquista do continente pelos europeus” (SILVA, 2004:96).

Segundo Silva (2004) houve também uma grande preocupação em assimilar os conteúdos apresentados nos programas de História e Geografia dos países integrados ao Mercosul (Mercado Comum do Sul), com o objetivo de viabilizar aos estudantes um melhor conhecimento das culturas vizinhas. Ressalta-se que além disto, geógrafos e historiadores destes países buscaram produzir diversos materiais didáticos que pudessem auxiliar alunos e professores; contudo, a tarefa ainda se apresenta árdua. A OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos) também vem enfrentando dificuldades no que se refere a elaboração desses materiais didáticos, principalmente devido a duas razões. Primeiramente está o fato de que encontrar estudiosos competentes para elaborá-los não é fácil; em segundo, “que tais materiais precisam operar um equilíbrio entre generalizações que deem um sentido comum aos povos ibero-americanos e as particularidades ou singularidades de cada um desses povos” (SILVA, 2004:102).

Outra preocupação deriva do fato de que os materiais didáticos são importantes recursos ideológicos e contribuem para a concepção e elaboração de mundo de cada leitor.

Por isso é importante que estereótipos negativos, que muitas vezes são atribuídos a outros povos, não estejam presentes, ou ao menos sejam problematizados, nos livros didáticos e paradidáticos, de modo que os mesmos apresentem um conteúdo coerente e que proporcione o conhecimento de outras culturas, fazendo com que o leitor perceba e consequentemente respeite a diversidade.

Direcionando o olhar para os livros didáticos e paradidáticos, Fernandes e Morais (2003:145) destacam que é importante “estudá-los como um veículo difusor de elementos culturais e da formação da cidadania”. Além disso, no que se refere aos conteúdos de História da América os autores destacam que a América “não pode ser entendida como bloco único e que não pode apenas ser vista a sombra da Europa” (FERNANDES; MORAIS, 2003:146). A partir disto, estes dois estudiosos destacam em seu texto, intitulado “Renovação da História da América”, algumas visões que ainda são perpetradas nos livros didáticos atuais; visões estas que serão apresentadas nos parágrafos seguintes.

Num primeiro momento os autores analisam a tradição cientificista, eurocêntrica e evolucionista, destacando nomes importantes do século XIX e XX. O primeiro deles é Leopold Von Ranke. De acordo Fernandes e Morais (2003), ao destacar a sobreposição da cultura espanhola, Ranke defende que a civilização indígena só foi possível devido ao contato com os espanhóis. Outro autor, William Prescott, ressalta a oposição entre civilização e barbárie e também “valoriza o pensamento espanhol, que é racional, superior e irá vencer a superstição mágica dos indígenas” (FERNANDES; MORAIS, 2003:148). Em seguida está Jacques Soustelle. Em suas obras encontram-se referências diretas as ideias de Ranke e Prescott, enaltecendo mais uma vez a sociedade europeia. Portanto, é importante destacar que as convicções destes autores irão se apresentar nos livros didáticos, onde a América teria de ser a imagem fiel da Europa.

Em seguida está a tradição lascasiana proposta por Batolomé de Las Casas. Este padre dominicano “lutou contra o modo pelo qual os índios estavam sendo tratados sob a administração colonial” (FERNANDES; MORAIS, 2003:150). Em sua tradição, Las Casas não questionava a dominação em si, mas o modo como ela estava sendo feita. Para ele os indígenas deveriam ser convertidos ao cristianismo, tornando-se assim servos da Igreja; entretanto, enfatiza em seus escritos a violência e os maus-tratos sofridos diariamente por eles. De acordo com Héctor Hernan Bruit (1995 apud FERNANDES; MORAIS, 2003:151)



*[...] A violência, nos escritos lascasianos, pode ser dividida em duas grandes categorias: a individual, praticada pelos conquistadores com os instrumentos de guerra que mata ou mutila fisicamente os índios em pouco tempo; e a institucional que os massacrava lentamente no trabalho das minas, com as novas obrigações sociais, mediante a nova cultura.*

Bartolomé de Las Casas apresenta o indígena como vítima, um alvo fácil de ser submetido ao controle espanhol e que não tinha possibilidade de reação frente aos conquistadores. De acordo com Fernandes e Morais (2003) a releitura mais conhecida dos escritos lascasianos foi feita por Eduardo Galeano em 1970 na obra intitulada “As veias abertas da América Latina”; obra que predominou durante muito tempo nos manuais didáticos. Na maior parte deles são apresentadas as ideias de derrotismo (sofrido pelos indígenas), de conquista e de exploração. Além disso nos capítulos destinados às independências latino-americanas, prevalecem ideias de que o continente estaria fadado à tirania e à dominação.

Segundo Fernandes e Morais (2003) estas duas tradições perpassam a imagem, mesmo que de forma inconsciente, de que o povo europeu seria superior e portador de uma cultura de civilização, enquanto que, o povo indígena estaria destinado à dominação, ao autoritarismo e que deveria ser “educado” conforme os moldes europeus.

A terceira e última abordagem tem como precursor o historiador e antropólogo Miguel León-Portilla e apresenta

*o invasor, nocivo, ora europeu, ora norte-americano, contrapondo-se ao dono da terra, ao estado indígena, abatido pelas doenças, crendices e fraqueza de espírito (a que os mestiços, latino-americanos atuais, herdaram). Ao mesmo tempo, nos manuais de História vemos a tentativa de resgatar o lado do vencido, do conquistado, valorizá-lo. Mas, nas entrelinhas, sonha-se em ser o conquistador, o desenvolvido, o branco (FERNANDES; MORAIS, 2003:154).*

Desse modo são estas três visões que se apresentam com maior frequência nos manuais didáticos. Concluindo cabe ressaltar que estas interpretações podem influenciar na maneira como os indivíduos concebem a imagem da América e consequentemente de seus habitantes. Portanto, como já foi abordado anteriormente, estas interpretações, na maioria das vezes, estão carregadas de ideias preconceituosas e estereótipos equivocados que exercem demasiada influência para seus leitores.

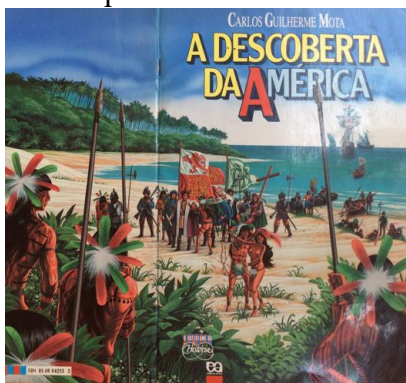
Neste momento será iniciada a análise do livro paradidático “A Descoberta da América”, sendo necessário apresentar, preliminarmente, algumas considerações. O autor desta obra é Carlos Guilherme Mota. Este é um historiador e possui graduação em História

(1963), Mestrado em História Moderna e Contemporânea (1967) e Doutorado em História Moderna e Contemporânea (1970), todos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo<sup>2</sup>. Já as ilustrações são de Jayme Leão, sendo este um ilustrador e artista gráfico brasileiro que ficou muito conhecido após produzir as ilustrações dos livros da série “Vaga-lume”<sup>3</sup>.

O livro paradidático foi produzido pela editora Ática. Esta surgiu em agosto de 1965 e de acordo com Munakata (1998) a mesma tornou-se, após 20 anos de atuação, a maior editora do Brasil, sendo a que mais produz livros didáticos e paradidáticos no país. Já com relação ao ano de produção, 1992, nota-se que estava sendo comemorado a efeméride de 500 anos da “descoberta” da América, de maneira que aqui pode-se questionar se o autor produziu a obra sob encomenda – devido a este fato – ou se a produziu levando em conta interesses subjetivos.

A primeira imagem que será analisada é a capa do livro (Figura 1).

Figura 1 - Capa do livro paradidático a “Descoberta da América”.



Fonte: Mota, 1992.

Se concebermos a imagem na sua totalidade podemos dividi-la em três partes. Na primeira parte, localizada no lado direito, podemos notar que algumas caravelas estão se aproximando e também há a presença de alguns tripulantes. Observa-se também que a bandeira do reino de Castela está presente no navio e no bote que leva até a praia, sendo que se pode inferir que a bandeira denota imposição, demonstrando a chegada dos espanhóis à essas terras. Logo atrás está um indígena segurando uma lança, de modo que esta aponta para a palavra “América”, podendo talvez, demonstrar a importância e a magnitude do continente.

<sup>2</sup> Estas informações foram retiradas do Currículo Lattes do autor, acessado em 02 de nov. de 2015.

<sup>3</sup> Os livros desta série foram lançados pela Editora Ática a partir de 1972 e são destinados principalmente para o público jovem.



Além disso, nota-se que este mesmo indígena observa receosa e cuidadosamente a chegada dos espanhóis à praia.

Na segunda parte da imagem aparecem quatro aspectos principais. O primeiro deles refere-se à cruz sendo carregada por um homem, provavelmente um espanhol, de maneira que a mesma pode fazer referência à catequização dos índios, sendo necessário lembrar que esta não foi realizada de forma pacífica. Em seguida nota-se os escambos realizados entre os espanhóis e índios; dois índios (um homem e uma mulher) estão observando e admirando os objetos trazidos pelos espanhóis, de modo que se observa o encantamento por esses objetos. No terceiro, verifica-se um homem com trajes luxuosos, demonstrando ser a autoridade maior. Em seu pescoço está um colar que contém uma cruz e na mão apresenta uma espécie de manuscrito, querendo, talvez, demonstrar e reforçar a autoridade diante daquele povo. O último refere-se ao indígena que está diante do homem destacado anteriormente, de maneira que este indígena parece estar questionando a presença dos espanhóis naquela terra.

Por fim, na terceira parte da imagem, observa-se dois indígenas ao fundo com as lanças nas mãos, de modo que estas apontam agora para o verde da mata, podendo denotar a ideia de uma terra de promessa, uma terra fértil. Logo à frente destes dois indígenas está um guarda vestido com uma armadura e segurando uma lança pontiaguda e larga; nota-se que um indígena segura suas mãos, sendo que este mesmo indígena está curvado, podendo simbolizar uma ideia de submissão e aceitação.

O livro paradigmático está dividido em tópicos. Destaca-se que estes serão analisados procurando constantemente identificar as variadas relações entre texto escrito e texto visual. É importante destacar que esta análise levará em conta as três denominações de imagens propostas por Schröder (2003). A primeira delas é a “imagem decorativa”, considerada como um adorno, tendo apenas a função de fascinar o leitor. Em seguida, a “imagem ilustrativa”, de maneira que esta “além da função de enfeitar o texto verbal, tem a de reproduzir a sequência narrativa explorada pelo texto verbal” (SCHRÖDER, 2003:44). Por fim, a “imagem documental”, tida como uma fonte histórica possível de ser analisada individual e detalhadamente.

O primeiro tópico, intitulado “Um português na frota de Colombo”, tem início na página 04 e narra o casamento de Cristóvão Colombo com Dona Filipa Moniz Pires. As páginas subsequentes (06 e 07) formam uma única gravura (Figura 2).

Figura 2 - Páginas 06 e 07 do livro paradidático “A Descoberta da América”.



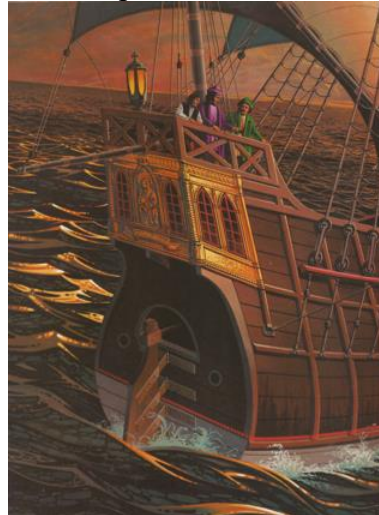
Fonte: Mota, 1992.

Nesta aparecem dois homens. Na junção dessas duas páginas percebesse que as gravuras assumem o papel de uma “imagem ilustrativa”, pois no texto escrito o autor destaca que ao procurar Cristóvão Colombo, o personagem ficcional Antônio Maciel, foi encontrá-lo sentado à beira mar sozinho observando o mar e o percurso das aves no céu, exatamente como pode ser observado na figura 3, na qual Cristóvão Colombo está sentado e Antônio Maciel aparece em pé.

O segundo tópico – “A terra é plana” – ressalta que após a morte de sua mulher, Cristóvão Colombo decidiu ir à Espanha em busca de subsídios para sua viagem. Ressalta-se que este tópico não apresenta nenhuma gravura.

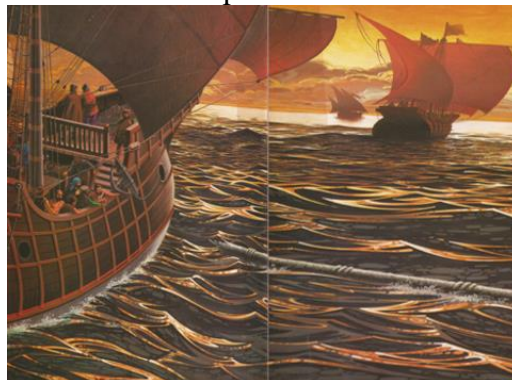
No tópico seguinte – “A grande viagem” – é descrito o início da viagem. São mencionadas duas embarcações utilizadas durante a expedição: a nau Santa Maria e a caravela Pinta. Ressalta-se que estas embarcações são citadas novamente pelo autor no tópico 6. Já as páginas 11, 12 e 13 apresentam gravuras (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Página 11 do livro paradidático “A Descoberta da América”.



Fonte: Mota, 1992

Figura 4 - Páginas 12 e 13 do livro paradidático “A Descoberta da América”.



Fonte: Mota, 1992.

No que se refere às relações entre texto escrito e texto visual, nota-se novamente a presença de uma “imagem ilustrativa”. Isto deve-se ao fato de que no texto escrito, Mota (1992) menciona que Colombo observava e controlava tudo o que acontecia “do seu camarote individual na nau Santa Maria” (MOTA, 1992:10) e a gravura na página 11, procura ilustrar justamente isto, de maneira que há a presença de três homens, sendo um deles o próprio Colombo. No momento em que o leitor vira a página, logo percebe que a página 12 é uma continuação do desenho da embarcação mostrada na página anterior. Na página 12 alguns tripulantes olham atentamente um objeto no mar, acreditando ser um monstro; contudo, quando o leitor observa com maior proximidade logo percebe que é um pedaço de outra embarcação, até porque no texto escrito é destacado que “era o mastro de uma embarcação, certamente enorme, que fora tragada por aquelas águas” (MOTA, 1992:14).

No tópico 4 – “A chegada a Guanaani” – é destacado o encontro com os índios. Na página 17 a gravura de um indígena é apresentada (Figura 5), assumindo o papel de “imagem decorativa”.

Figura 5 - Gravura da página 17 do livro paradidático “A Descoberta da América”.



Fonte: Mota, 1992.

No tópico 5 – “De volta para casa” – o autor ressalta que sete indígenas foram escolhidos para serem levados à Espanha, todavia, mais uma vez, Mota apresenta uma situação pacífica, como se os indígenas não tivessem resistido em nenhum momento. Entrementes, na página 23 é apresentado que os espanhóis entram em contato com um grupo diferente de nativos, relatando que estes “têm um ar hostil, [...] e os rostos pintados de carvão” (MOTA, 1992:23). Pela primeira vez em todo o livro o autor relata um confronto entre as duas etnias. A gravura da página 22 também é uma “imagem ilustrativa” (Figura 6), pois apresenta um indígena em posição de ataque e uma espada sendo apontada para o mesmo, exatamente como é relatado no texto escrito: “foram atacados por vários nativos e reagiram a golpes de espada” (MOTA, 1992:23). É interessante observar que a comunicação desta gravura com o público é muito intensa, pois parece que o próprio leitor é o espanhol, segurando a espada.

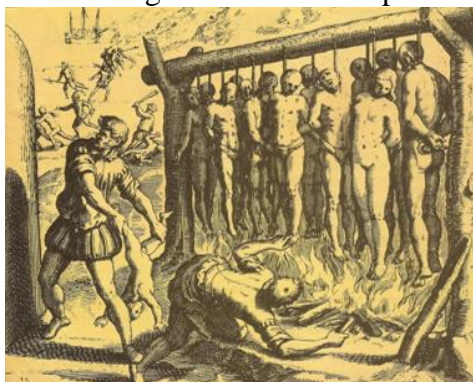
Figura 6 - Página 22 do livro paradidático “A Descoberta da América”.



Fonte: Mota, 1992.

É no final da obra que Mota (1992) escancara, por meio de uma gravura (Figura 7), as crueldades realizadas com os indígenas de maneira que isto pode ser inferido devido ao texto que a completa: “após a descoberta, começaram os tempos violentos de conquista, exploração e colonização das terras indígenas da América pelos europeus” (MOTA, 1992:31).

Figura 7– “Após a descoberta, começaram os tempos violentos da conquista, exploração e colonização das terras indígenas da América pelos europeus” (p.31).



Fonte: Mota, 1992.

Em conclusão observa-se que os conteúdos de História da América estão presentes mais frequentemente nos programas curriculares, todavia, nota-se que estes se apresentam de forma diluída, não debatida e nem divulgada. Além disso, podemos inferir que os sentidos de História da América talvez não tenham atingindo o olhar do público, ou ainda, que o público não tenha criado uma relação de identificação com as características latino-americanas.

Na análise do livro paradidático infere-se que Carlos Guilherme Mota o produziu sob encomenda, justamente devido à efeméride de 500 anos da “descoberta” da América. É importante ressaltar que esta afirmação deriva do fato de que Mota é um autor de livros



didáticos e paradidáticos, entretanto, como pode ser observado em sua formação, está mais vinculado com as áreas de História Moderna e Contemporânea.

Por fim, mais especificamente com relação ao conteúdo da fonte analisada, inferimos que ocorre a predominância de “imagens ilustrativas”, ou seja, aquelas que complementam o texto escrito, de maneira que, na maior parte das vezes, o texto escrito induz a leitura da imagem. Diante disto, observa-se a ausência e a necessidade de uma análise que também compreenda as imagens como uma fonte documental possível de ser discutida individualmente.

### Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. **Revista Eletrônica da Anphlac**, n. 4, p. 15, 2005.

\_\_\_\_\_. O Percurso Acidentado do Ensino de História da América. In: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (orgs.). **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. A História da América na cultura escolar no Brasil: identidade e utopia. **Revista Perspectiva**: Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 33-47, jan. /jun. 1999.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Renovação da História da América. In: KARNAL, Leandro (Org.) **História na Sala de aula, conceitos, praticas**. São Paulo: Contexto, 2003 p.143-162.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II. **Cadernos de Ensaios e Pesquisas (UFF)**, Niterói, v. 8, p. 41-50, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. **A Descoberta da América**. São Paulo: Editora Ática, 1992, 32p.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: Freitas, Marcos Cézar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1998, v. 1, p. 271-296.

SCHRÖDER, Mirian. **O texto verbal e o texto imagético manuseados pelo enunciador do livro didático**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

SILVA, Vitória Rodrigues e. O Ensino de História da América no Brasil. **Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v.8, n.2, p. 83-104, 2004.